
PESQUISA SOBRE E NAS FRONTEIRAS: ENTREVISTA COM O DR. CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA

ENTREVISTADORA

Carmentilla das Chagas Martins¹

<https://orcid.org/0000-0001-6308-1096>
<http://lattes.cnpq.br/9177083233995620>

Data da entrevista: 11/12/2023

Cidade: Macapá



Antropólogo na Secretaria de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas (SEART), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e Professor Associado 4 do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade Canadense de Antropologia (CASCA). Doutor e Mestre em Antropologia e Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia pela UnB. Realizou pós-doutorados no Centro Interuniversitário de Estudos e Pesquisas Indígenas (CIÉRA) da Université Laval, onde é Pesquisador Associado, e no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da UnB. Integra como pesquisador o Programa Identidade Cultural e Direitos Humanos do Instituto de Investigação em Direito da Universidad Autónoma de Chile (UAC), atuando na linha de pesquisa Constitucionalismo em Rede. Fundador e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Colaborativas com Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais (LAEPI – Grupo de Pesquisa do CNPq). Tem experiência nas áreas de Antropologia das Relações Interétnicas e Raciais, Antropologia Política e Jurídica, Etnologia Indígena e Teoria Antropológica, atuando principalmente

¹ Doutora e Mestre em Ciências Sociais. Professora Associada 1 no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, onde integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira-PPGEF e Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória. E-mail: carmentilla@unifap.br.

nos seguintes temas: indigenismo, políticas indigenistas, movimentos indígenas, regimes de indianidade e cidadania indígena em perspectiva comparada.

1) Prezado Prof. Dr. Cristhian, inicialmente agradeço sua disponibilidade em contribuir com o dossiê Fronteira, Cultura e Políticas Públicas na Amazônia. Esta entrevista tem a pretensão de apresentar aos leitores da Revista PRACS um panorama acerca dos estudos antropológicos nas áreas de fronteiras. Nesse sentido, tendo como horizonte a sociogênese do Brasil, quais são as suas considerações sobre as matrizes antropológicas utilizadas?

Agradeço a oportunidade de colaborar com a *Revista PRACS* e torço para que este diálogo seja uma oportunidade para articularmos ainda mais a cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da UnB e os programas de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) e de Ensino de História (ProfHistória) da UNIFAP. Temos muitas afinidades em termos de linhas de pesquisa, área geocultural e problemáticas a serem estudadas em perspectiva interdisciplinar, regional e histórica. Espero que esta entrevista venha a confirmar essa impressão.

Sua pergunta remete às contribuições da Antropologia feita no Brasil para a definição, estudo e desdobramentos dos estudos das fronteiras a partir do nosso país. Uma primeira distinção que considero importante de ser feita refere-se às “fronteiras internas” de construção nacional e formação do Estado e as “fronteiras externas” ou internacionais. É uma distinção arbitrária e operacional, porque as fronteiras, sejam “internas” ou “externas”, são construções simbólicas, e não processos naturais, por mais que estes também existam e participem da construção sociocultural e histórica das fronteiras, mas isto nos levaria a filosofar demais. Para tentar oferecer uma resposta mais sucinta, utilizo esta distinção para recuperar as contribuições de Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Otávio Velho, José de Souza Martins, Miryca Suárez, Nádia Farage, Custódia Selma Sena e Cláudia Lopez, dentre tantos outros e outras antropólogas latino-americanas, que se ocuparam de trabalhar as fronteiras tanto “internas” quanto “externas” em termos de “frentes de expansão”, “áreas de fricção interétnica”, “capitalismo autoritário e fronteira em movimento”, “nacionalidades e etnicidades superpostas”, “lugares concretos e espaços imaginários”, “sertões”, “Caribe Sul” etc. Como se pode ver, as contribuições da antropologia feita a partir do Brasil para o estudo das fronteiras são amplas e originais, combinando de modo criativo a “fronteira” como lugar fenomenologicamente singular para a estruturação de uma série de relações, situações e processos sociais interétnicos e internacionais. Dessas contribuições as “fronteiras” se decompõem em outras noções auxiliares como

“limites”, “limiares”, “lindes”, “fluxos”, “trânsitos”, “mobilidades”, “transnacionalidade”, e assim por diante.

2) Segundo Boaventura de Sousa Santos², a fronteira pode ser muro ou travessia, um dispositivo que tem se multiplicado no mundo globalizado, de tal modo, que há na atualidade uma variedade significativa de estudos sobre e na fronteira. Em relação a isso, e tendo em conta sua trajetória acadêmica e profissional, quais seriam os temas atuais mais visitados pelos profissionais dedicados a esse campo de estudos?

Meu contato com o tema das fronteiras surgiu da pesquisa que realizei desde a graduação em Antropologia com o povo indígena Tapuia, no estado de Goiás. Sua história me colocou em contato com a frente de expansão aurífera do período colonial, o Diretório dos Índios de Pombal e o “descimento dos Xavantes”. Em seguida, precisei estudar a Marcha para o Oeste do governo Vargas, a construção de Goiânia e Brasília e o projeto de “ocupação” do Brasil Central. Os tapuios detinham uma historicidade própria de onde reelaborar seus sentidos coletivos de ser e pertencer, de “dentro” e de “fora”, o que me aproximou do trabalho de José de Souza Martins e Vitor Leonardi, para quem as “fronteiras” evidenciam outras humanidades ou, como diz Rita Laura Segato, outras “alteridades históricas”. Também tive outras experiências etnográficas com povos indígenas no Brasil, Estados Unidos e Canadá – nestes últimos países, em áreas próximas às fronteiras internacionais. Diante destas realidades etnográficas particulares, havia um ente que se mostrava constante no seu poder de arbitrar sobre as identidades para regulamentá-las e geri-las. Este seria o estado, ou melhor dito, os efeitos de poder emanados das práticas estatais. É por esta via que tentei compreender como as identidades são controladas, estabilizadas e tornadas objetos do poder tutelar dos estados nacionais, levando-me a elaborar o conceito de “regimes de indianidade”. Nesse sentido, as fronteiras do “interior” e do “exterior” se assemelham muito, quer dizer, nelas se pode observar os efeitos da ação dos estados sobre a formação das identidades étnicas e nacionais de modo bastante evidente. É aqui que podemos reconhecer as “fronteiras” como dispositivos biopolíticos, como os entende Foucault. É na qualidade de tecnologias de poder para regular a mobilidade migratória, pela imposição de uma série de classificações às pessoas e populações em trânsito e em movimento, que as fronteiras têm capturado mais a atenção dos pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas áreas de conhecimento. É o que se pode inferir de uma consulta rápida aos números da revista *Borderlands Studies*, fundada em 1986, pela Associação para os Estudos das Fronteiras. Nela, as fronteiras e os estudos migratórios se confundem e é possível notar uma forte predominância das preocupações estadunidenses sobre o tema, considerando o grande

² DE SOUSA SANTOS, Boaventura. As fronteiras entre muros e travessias. **Jornal de Letras, Artes e Ideias**, v. 1.237, p. 27, 2018.

movimento migratório da América Central para os Estados Unidos através da fronteira mexicana. Importante refletir, porém, sobre o papel do estado estadunidense para a configuração desse fluxo migratório a partir de sua política econômica, a exemplo do NAFTA, e a exportação de sua “guerra às drogas”. Em certo sentido, podemos partir da hipótese de que os estados estão sempre a produzir os problemas que se veem obrigados a resolver, como a interposição de fronteiras. O resultado é a emergência de complexos processos transfronteiriços, que, por sua vez, apontam para as dificuldades dos estados de lidar com cenários criados e mantidos por eles próprios.

3) O Amapá é um estado brasileiro peculiar, se tomarmos em consideração sua formação histórica e social caracterizada pela fronteira internacional com a Guiana Francesa (coletividade territorial do ultramar francês). Por conta disso, já se conta com uma produção teórica local, constituída em diversas áreas de conhecimento. Ainda assim, há lacunas relativas à adoção do método comparativo, importante tanto para superar o nacionalismo metodológico quanto para ampliar as perspectivas em torno de similitudes e diferenças. Não com a finalidade de compor generalizações, mas para desvelar realidades existenciais que se encontram nas margens dos territórios nacionais. Quais suas reflexões sobre essa questão?

A comparação é inerente ao pensamento metodológico das Ciências Humanas e sociais. Os trabalhos clássicos de Marx e Engels, Harriet Martineau, Émile Durkheim e Max Weber, todos, empregam a comparação no cerne de suas pesquisas sobre as relações capital-trabalho, cidadania, solidariedade mecânica e orgânica, as grandes religiões mundiais, e assim por diante. Com o amadurecimento epistemológico das Ciências Sociais, o uso da comparação com o objetivo nomotético – ou seja, de formular leis explicativas do funcionamento e estruturação das sociedades – foi substituído pela compreensão mais intersubjetiva dos sentidos e significados simbólicos da vida social, historicamente constituídos. É aqui que Roberto Cardoso de Oliveira nos oferece uma contribuição importante para o uso da comparação como recurso heurístico. Em sua análise da obra *Carnavais, malandros e heróis*, de Roberto Da Matta, Cardoso de Oliveira aciona a ideia das “elucidações recíprocas” através da comparação. Dito de outro modo, sua proposta é a de que podemos utilizar a comparação para jogar luz de um lado para outro sobre casos distintos, de modo a que cada caso possa fazer sobressair aspectos não muito evidentes do outro, e vice-versa. É o que está presente na obra mencionada, quando Da Matta elucida reciprocamente a prática ritual “você sabe com quem está falando?”, dos conflitos interpessoais no Brasil, com o “quem você pensa que é” do caso estadunidense. Ao comparar estas duas práticas rituais, Da Matta nos permite enxergar com mais nitidez os princípios hierárquicos que regem as relações sociais nos dois países. No mesmo sentido, podemos imaginar que novas “descobertas” faríamos se começássemos a elucidar reciprocamente o que está em jogo nas relações

sociais em diferentes contextos transfronteiriços, como aqueles existentes, por exemplo, na fronteira entre Oiapoque/Amapá e Saint Georges/Guiana Francesa, em um caso, e entre Tabatinga/Brasil e Letícia/Colômbia, em outro. Ou uma comparação entre diferentes “cidades-gêmeas”, e assim por diante. Esta proposta de estudos comparados de fronteiras é bastante promissora e original e está bem fundamentada na conferência de Cardoso de Oliveira intitulada: “Os (des)caminhos da identidade” de 1999, publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 42, de fevereiro de 2000.

4) É o município de Oiapoque, localizado no extremo norte do Amapá, que se encontra dentro da faixa de fronteira brasileira. A maior fronteira da França é com o Brasil, sendo mais de setecentos quilômetros. Na cidade sede do município, homônima, é encontrada uma variedade de etnias e nacionalidades: indígenas, quilombolas, creóles, sul-americanos, europeus etc. Em relação aos indígenas, no Amapá, existem quatro etnias Palikur, Galibi Marworno, Karipuna e Galibi Kalinã³. Como fundador e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Colaborativas com Povos Indígenas, Comunidades dos Quilombos e Povos e Comunidades Tradicionais (LAEPI – Grupo de Pesquisa do CNPq), quais são suas considerações sobre os povos indígenas que vivem em áreas de fronteira na América do Sul?

Em artigo recente, a pesquisadora Cristabell López Palomino e eu argumentamos que inexistem, até o presente momento, um estudo sistemático de quais e quantos povos indígenas vivem em áreas de fronteira na América do Sul, quais são suas formas de mobilidade e migração, e as problemáticas sociais decorrentes da dupla condição de cidadãos e minorias em mais de um contexto nacional (Teófilo da Silva & Lopez Palomino, *Périplos*, 2018). Em um levantamento preliminar, feito a partir do lado brasileiro da fronteira, nós constatamos, porém, que quase 40% das terras indígenas constituídas no Brasil estão em áreas de fronteira, o que sugere a necessidade de se promover e financiar mais pesquisas sobre essas situações fronteiriças que subsidiem políticas públicas mais adequadas para os povos indígenas em áreas de fronteira internacional. Não são poucas e nem infrequentes as notícias de que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais continuam a desempenhar o papel histórico de guardiões dessas áreas contra outras práticas ilegais de contrabando, narcotráfico, garimpo, grilagem e madeireiras ilegais, isto conjugado aos serviços ambientais que vêm prestando com a conservação e manejo sustentável de seus territórios. Por outro lado, a pressão das novas “frentes de expansão” sobre suas terras evidencia o dinamismo econômico, muitas vezes desenfreado, que incide nessas áreas, configurando processos de urbanização e seus problemas sociais típicos, como são aqueles observáveis nas

³ PEREIRA, Venâncio G.; MARTINS, Carmentilla das C. Agências fronteiriças e os indígenas urbanos em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá. In: SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Escritos sobre o Amapá e suas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2023.

periferias de grandes cidades. Nesses casos, regiões consideradas remotas dos centros do poder político e econômico são incorporadas como pontos nodais de redes transnacionais de comércio e de trabalho e requerem um olhar mais sensível para as interações entre coletividades culturalmente contrastivas de povos, identidades, religiosidades, ofícios e práticas econômicas, que fazem das fronteiras espaços de intenso e complexo pluralismo sociocultural.